



MUNICÍPIO DE ARIRANHA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ. 45.117.116/0001-43

PARECER

DO: DEPARTAMENTO JURÍDICO

AO: DEPARTAMENTO DE CULTURA E LAZER

Assunto: Contrato de Programa 001/26 – Município de Ariranha/SP – Evento Festivo “CARNAVAL ARIRANHA 2026” – Consórcio Intermunicipal Culturando – CIC.

Ariranha/SP, 15 de janeiro de 2026.

A **Diretoria Jurídica** do Município de Ariranha/SP, neste ato representada por sua Oficial Jurídico, Keila Bidóia, brasileira, advogada inscrito na OAB/SP sob o n. 175.643, apresenta **PARECER JURÍDICO** ao departamento suso qualificado, consoante a seguir exposto.

CONSIDERANDO a pretensão de celebração junto ao Consórcio Intermunicipal Culturando – CIC, inscrito no CNPJ sob o n. 12.011.520/0001-89, o Contrato de Programa que possui como objeto a realização de evento festivo/cultural consistente no “CARNAVAL ARIRANHA 2026” no âmbito do Município de Ariranha/SP;

CONSIDERANDO a vigência da Lei Municipal 2.273/10, que aprovou o protocolo de intenções visando a criação do referido consórcio; e

CONSIDERANDO a regulamentação relativa à contratação de serviços prestados pelo respectivo ente da administração indireta consubstanciada pela Lei 11.107/05.

I.

DA ANÁLISE ESTRITAMENTE JURÍDICA

1. O parecer ora apresentado tem finalidade meramente opinativa e não se presta a servir como documento capaz de autorizar ou não a celebração de contrato administrativo em qualquer de suas modalidades previstas pela Lei 14.133/21, regulamentada pelo Decreto Municipal 3.797/24.
2. Assim, a análise em comento se prestará a observar **estritamente** a observância



às disposições jurídicas previstas pela legislação de regência e, no presente caso, relativamente as Leis 11.107/05 e 14.133/21, consoante disposto pelo parágrafo único, do art. 32 do Decreto 6.017/07.

3. Portanto, no que se refere aos atributos indicados para realização do referido evento, estão devidamente relacionados aos artigos citados.

II.

DO CABIMENTO DA CONTRATAÇÃO DA MODALIDADE DE CELEBRAÇÃO DO NEGÓCIO

4. O instrumento contratual em análise, denominado Contrato de Programa 001/2026 possui como objeto a contratação dos serviços voltados a realização da atividade festiva/cultural relativa ao “CARNAVAL ARIRANHA 2026” no Município de Ariranha/SP, os quais se incluem a “*som, palco, controlador de acesso, gerador, gradil, banheiro químico, iluminação, camarim, atrações, desfile, coordenação geral e divulgação*”, tendo como divisão solicitante àquela criada através da Lei Complementar Municipal n. 130/25, isto é, o Departamento de Cultura e Lazer.
5. Referida modalidade de celebração encontra previsão **expressa** no inciso XI, do art. 75 da Lei 14.133/21, que torna **dispensável** o certame licitatório em relação a celebração de contrato de programa, cuja redação se indica de forma *ipsis litteris*:

Art. 75. É **dispensável** a licitação: [...]

XI – para **celebração de contrato de programa com** ente federativo ou com **entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos** de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação; (grifamos)

6. Embasamento idêntico vem descrito pelo inciso III, do §1º, do art. 2º, da Lei 11.107/05 c/c art. 18 do Decreto 6.017/07, *in verbis*:



Lei 11.107/05

Art. 2º. Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes da Federação que se consorciarem, observados os limites constitucionais.

§1º. Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá: [...]

III – ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, **dispensada a licitação**.

Art. 13. Deverão ser constituídas e reguladas por contrato de programa, como condição de sua validade, as obrigações que um ente da Federação constituir para com outro ente da Federação ou para com consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

Decreto 6.017/07

Art. 18. O consórcio público **poderá ser contratado por ente consorciado**, ou por entidade que integra a administração indireta deste último, **sendo dispensada a licitação** nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 11.107, de 2005.

Parágrafo único. O contrato previsto no *caput*, **preferencialmente deverá ser celebrado sempre quando o consórcio fornecer bens ou prestar serviços para um determinado ente consorciado**, de forma a impedir que sejam eles custeados pelos demais.

7. Assim, vislumbro que a modalidade optada (dispensa de licitação), se encontra devidamente prevista pela legislação de regência, bem como **não gerará** custos aos demais entes consorciados, em razão da singularidade do objeto junto Município de Ariranha/SP no corrente ano.
8. Por sua vez, o requerimento em questão se encontra **devidamente subscrito** por seu responsável, isto é, Diretor de Cultura e Lazer, Gabriel Aparecido de Carvalho.
9. Assim sendo, entendo ter sido observada a correta adequação da via eletiva – dispensa de licitação – bem como pela respectiva previsão legal e regulamentar relativamente ao objeto do instrumento contratual.



III.

DA CONCLUSÃO

10. Por sua vez, reputo como **dispensável** a apresentação de estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência e projetos básico e executivo, visto não se ligarem ao objeto do instrumento contratual em exame.

11. Consoante exposto, manifesto-me **favoravelmente, sem ressalva**, a celebração do Contrato de Programa 001/26, nos termos do parágrafo único, do art. 32 do Decreto 6.077/07 c/c inciso III, do art. 72 da Lei 14.133/21.

É o parecer, s.m.j.

KEILA BIDOIA
OFICIAL JURÍDICO
OAB/SP n º175.643